



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Artigo/Article

POTENCIALIZAÇÃO DO “INTERESSE PELA COMUNIDADE” PELA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE EM PARATY/RJ

POTENTIALIZATION OF “COMMUNITY INTEREST” THROUGH THE PARTICIPATION OF COMMUNITY-BASED TOURISM COOPERATIVES IN TERRITORIAL PUBLIC GOVERNANCE: AN ANALYSIS IN PARATY/RJ

Thiago Chagas de Almeida¹

Magnus Luiz Emmendoerfer²

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp³

Lénia Marques⁴

RESUMO: O Turismo de Base Comunitária (TBC) são modos de gestão do turismo conduzidos por comunitários a partir de práticas associativas e cooperativas que prezam o interesse de comunidades. Apesar dessas características, o alcance das pretensões do TBC tem se limitado quando não há muita interação com outros atores territoriais, o que pode ser melhorado pela sua inserção na Governança Pública Territorial (GPT). Com base nessa problemática e na lacuna da literatura sobre o tema, este artigo objetiva analisar como a participação do TBC na GPT pode potencializar a concretização do princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo. A investigação foi realizada por um estudo de caso, qualitativo e exploratório, no território de Paraty/RJ – que tem um TBC bem consolidado e com abertura para participar da governança turística local. A coleta dos dados envolveu observação direta e pesquisa documental, com posterior análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que a inserção do TBC na GPT

¹ Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Administração. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0928-4359>. E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com.

² Universidade Federal de Viçosa. Professor Associado e Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>. E-mail: magnus@ufv.br.

³ Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Associado e Doutor em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1892-1866>. E-mail: marcosknupp@ufop.edu.br.

⁴ Erasmus University Rotterdam. Professora Assistente e Doutora em Literatura. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6360-9919>. E-mail: marques@eshcc.eur.nl.





potencializa o princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo: fazendo com que representantes comunitários participem de decisões centrais para o turismo do território; aumentando a capacidade da defesa de interesses e propostas comunitárias para o turismo no território; facilitando a fiscalização comunitária das políticas públicas turísticas para o território; e conseguindo o apoio de outros atores territoriais para realização de ações turísticas benéficas às comunidades. Assim, este trabalho contribui para fundamentar a importância da atuação do TBC na gestão coletiva territorial e avança no entendimento de como o cooperativismo pode ser fortalecido pela inserção comunitária nesses espaços. **Palavras-chave:** Cooperativismo; Interesse pela Comunidade; Turismo de Base Comunitária; Governança Pública Territorial.

ABSTRACT: Community-Based Tourism (CBT) is a tourism management mode led by community members through associative and cooperative practices that prioritize the interests of communities. Despite these characteristics, the achieve of CBT's goals has been limited when there is little interaction with other territorial actors, which can be improved by its inclusion in Territorial Public Governance (TPG). Based on this issue and the gap in the literature on the subject, this article aims to analyze how the participation of CBT in TPG can enhance the implementation of the cooperative principle of “interest in the community”. The investigation was carried out through a qualitative and exploratory case study in the territory of Paraty/RJ – which has a well-established CBT and is open to participating in local tourism governance. Data collection involved direct observation and documentary research, with subsequent thematic content analysis. The results indicated that the inclusion of CBT in TPG potentializes the cooperative principle of “interest in the community” by: making community representatives participate in key decisions for the territory's tourism; increasing the capacity to defend community interests and proposals for tourism in the territory; facilitating community monitoring of public tourism policies for the territory; and obtaining the support of other territorial actors to carry out tourism actions that benefit communities. Thus, this work contributes to substantiating the importance of CBT's role in collective territorial management and advances the understanding of how cooperativism can be strengthened by community insertion in these spaces. **Keywords:** Cooperativism; Interest in the Community; Community-Based Tourism; Territorial Public Governance.

INTRODUÇÃO

As primeiras manifestações do Turismo de Base Comunitária (TBC) foram constatadas na década de 1980, em comunidades rurais da América Latina (Maldonado, 2009; Teixeira, Vieira & Mayr, 2019). Ele tem sido caracterizado por modos de gestão do turismo cooperativos, conduzidos por agentes comunitários (Arratia, Castrejón, Ruíz & Barquín, 2022). Vale destacar que algumas diretrizes fundamentais do TBC são o associativismo, a geração de renda de forma coletiva, a valorização da cultura local e o uso responsável dos recursos naturais (Almeida & Emmendoerfer, 2023a; ICMBio, 2018).

De acordo com Arratia *et al.* (2022), o cooperativismo é um fator central para a concretização do TBC, por promover a integração da comunidade para uma gestão colaborativa que leva ao empoderamento territorial. Nesse sentido, pode-se indicar que ele ocorre por iniciativas cooperativistas ou mesmo empreendimentos autodenominados como cooperativas (Masotti, 2023). Mas para compreender melhor essa relação, é importante discorrer sobre o que é cooperativismo.

Segundo Hartung (2005) e Pinho (1966), o cooperativismo é um sistema, movimento ou doutrina que propõe uma economia associativa e colaborativa através de



um grupo de pessoas com interesses comuns. Além disso, o cooperativismo tem se preocupado com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade de forma mais permanente, não se restringindo apenas a gerar ganhos econômicos às pessoas envolvidas (Almeida & Santos, 2024).

Visando um direcionamento mais geral dos pressupostos do cooperativismo, em 1844 o Estatuto da Cooperativa de Consumo de Rochdale apresentou sete princípios a serem utilizados para orientar as ações das cooperativas (Teodoro & Gomes, 2024). No entanto, no decorrer dos anos esses princípios foram reformulados pela Aliança Cooperativa Internacional, sendo a última versão deles elaborada em 1995, elencando: 1 – Adesão voluntária e livre; 2 – Gestão democrática; 3 – Participação econômica dos membros; 4 – Autonomia e independência; 5 – Educação, formação e informação; 6 – Intercooperação; e 7 – Interesse pela comunidade (Teodoro & Gomes, 2024).

Devido a uma articulação mais direta com a proposta do TBC, por ele ser conduzido por e em prol das comunidades (Ruiz-Ballesteros & González-Portillo, 2024), este estudo foca na análise do “interesse pela comunidade”. Tal princípio trata basicamente do comprometimento que as cooperativas devem ter com o desenvolvimento sustentável das comunidades que estão envolvidas e são impactadas pelo empreendimento, fazendo com que os seus benefícios não se limitem à organização, mas reverbere ao território que ela está (Silva, Búrigo & Cazella, 2021; Socreppa & Silva, 2017). Porém, é importante destacar que o TBC também pode mobilizar os demais princípios do cooperativismo.

Apesar dos benefícios que o TBC tem gerado à defesa dos direitos e interesses de comunidades, o alcance deles muitas vezes tem se restringido pela falta de interação com outros atores territoriais (Almeida & Emmendoerfer, 2023a). Isso porque, para muitas dessas medidas se efetivarem é necessário um envolvimento e atuação coletiva de agentes que integram um território, além dos comunitários (Almeida & Emmendoerfer, 2023a). Para tanto, entende-se que é fundamental que o TBC participe de espaços de Governança Pública Territorial (GPT).

A GPT são arranjos de gestão coletiva de um determinado território, composto por diferentes representações e grupos de interesse (Almeida & Emmendoerfer, 2023b; Dallabrida, 2011). Segundo Bucurica (2023), a governança de territórios possibilita identificar amplamente problemas sociais a serem resolvidos, bem como discutir alternativas de soluções mais complexas que podem contemplar uma diversidade de grupos sociais e institucionais que se vinculam a um lugar (seja vivendo, trabalhando, investindo recursos nele, etc.).

Considerando essa articulação e que os estudos sobre o assunto precisam avançar, esta pesquisa faz o seguinte questionamento: **como a inserção do TBC na GPT pode impulsionar o princípio do cooperativismo “interesse pela comunidade”?** A investigação partiu de uma análise do território de Paraty/RJ. Tal recorte se justifica por Paraty ter um TBC bem fortalecido, tendo sido referência para diversos estudos (Barros & Rodrigues, 2019). Além disso, o TBC do território tem participado, com representações fixas, de espaços de GPT locais – a exemplo do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), que é o principal colegiado de governança turística do município (Trentin, 2016) e por conta disso esta pesquisa se volta a ele.

Portanto, o objetivo do trabalho é analisar, com base no caso de Paraty/RJ, como a participação do TBC na GPT pode potencializar a efetivação do princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo. No que tange a sua metodologia, ela partiu de uma pesquisa exploratória qualitativa, realizando um estudo de caso crucial do tipo caminho.



A coleta dos dados envolveu observação direta e pesquisa documental. Já a interpretação deles se deu por meio de análise de conteúdo temática.

Assim, este estudo busca avançar no entendimento de como os benefícios do cooperativismo para comunidades podem ser intensificados pelo TBC em instâncias de tomada de decisão coletiva centrais para o desenvolvimento local – que de acordo com Arratia *et al.* (2022) é uma problemática que precisa ser mais aprofundada pela literatura. Ademais, seus resultados justificam o fomento ao TBC e a participação de representantes comunitários na governança de territórios.

INICIATIVAS COOPERATIVISTAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O TBC é uma abordagem de gestão do turismo que tem cada vez mais ganhado evidência por suas características de realizar atividades de visitação de forma mais responsável que o modo convencional massificado (Ministério do Turismo, 2023). Em vista disso, ele acaba sendo parte de um movimento crítico aos efeitos socioambientais negativos gerados pelo turismo de massa, que vem sendo mobilizado mundialmente desde o final do século XX (Fabrino, 2013).

Como mencionado anteriormente, as primeiras iniciativas do TBC foram percebidas em comunidades⁵ latino-americanas rurais (Maldonado, 2009; Teixeira *et al.*, 2019), apresentando-se como uma alternativa para que elas obtivessem uma importante fonte de renda e fossem protagonistas da gestão do turismo (Pires, Almeida & Emmendoerfer, 2024). Além disso, o TBC passou a ser fundamental para enaltecer a cultura local e desenvolver experiências que partam dos recursos materiais e imateriais da população nativa, fortalecendo ainda mais seus vínculos e apropriação territorial – indo na contramão dos processos de gentrificação que costumam ocorrer durante a turistificação massiva de determinados lugares (Almeida & Emmendoerfer, 2023a; Vongvisitsin, Huang & King, 2024).

Por ser realizado muitas vezes pelos povos tradicionais (como indígenas, caiçaras, quilombolas, extrativistas etc.) que identitariamente valorizam os recursos naturais, o TBC tem o princípio de conscientizar os turistas e produzir ações voltadas a preservar o meio ambiente (Gascón & Milano, 2024). Outro traço do TBC é de estruturar seus empreendimentos de forma associativa e cooperativa, por meio de uma gestão horizontalizada que descentraliza as decisões e benefícios às diversas pessoas da comunidade (Masotti, 2023).

Isso ocorre através da colaboração entre os integrantes de uma organização de TBC ou diferentes empreendimentos, para o fortalecimento de todos e o alcance de objetivos partilhados (Arratia *et al.*, 2022). Assim, pode-se indicar que o TBC acontece por meio de iniciativas cooperativistas, podendo ser autodenominadas ou não como cooperativas (Masotti, 2023). A partir disso, é importante mencionar os principais atributos que descrevem o cooperativismo e suas iniciativas.

De acordo com Berlanda, Bordignon, Clein e Reis (2021), o cooperativismo se baseia na participação equitativa de pessoas em um arranjo econômico coletivo. Nesse sentido, ele seria uma doutrina, movimento ou sistema que acredita e defende uma economia colaborativa por parte de um grupo com os mesmos interesses que se

⁵ Compreende-se que comunidades são grupos de pessoas que se vinculam similarmente ao território e com base nisso criam uma relação recíproca em busca de ideais comuns – principalmente visando autonomia social, política e econômica (Fernandes, 1973).



associam para a realização de uma atividade econômica (Hartung, 2005; Pinho, 1966). Além dessa colaboração e equidade no processo de gestão das atividades econômicas, o cooperativismo contempla uma proposta mais ampla de gerar qualidade de vida para a sociedade, incluindo uma responsabilidade ambiental (Almeida & Santos, 2024).

Quando se trata das concepções do cooperativismo, deve-se discorrer sobre os seus princípios indicados pela Aliança Cooperativa Internacional em 1995, que têm sido largamente considerados pelas cooperativas no mundo (Teodoro & Gomes, 2024; Zanella, 2015), são eles: 1 – Adesão voluntária e livre; 2 – Gestão democrática; 3 – Participação econômica dos membros; 4 – Autonomia e independência; 5 – Educação, formação e informação; 6 – Intercooperação; e 7 – Interesse pela comunidade. O quadro 1 detalha cada um dos princípios.

Quadro 1. Princípios do Cooperativismo

1 – Adesão voluntária e livre	Entende que as cooperativas devem ser organizações voluntárias, abertas a todos indivíduos aptos que queiram participar delas e assumir as responsabilidades como cooperados, sem qualquer tipo de discriminação.
2 – Gestão democrática	As decisões das cooperativas precisam ser tomadas de forma horizontalizada, de modo que seus membros participem desses processos, expressando suas opiniões e votando igualitariamente.
3 – Participação econômica dos membros	Indica que todos os cooperados devem colaborar com o capital econômico das cooperativas, adquirindo cotas de participação que irão gerar uma rentabilidade proporcional a elas.
4 – Autonomia e independência	Mostra que as cooperativas são autônomas e independentes de organizações externas para tomar suas decisões e buscar acordos. No entanto, respeita os interesses dos seus cooperados e restrições legais.
5 – Educação, formação e informação	As cooperativas têm o objetivo de contribuir com o conhecimento e formação dos seus cooperados, fazendo com que eles sejam parte do crescimento da organização e aprendam com ela. Tal princípio também visa propagar valores da transparência e responsabilidade.
6 – Intercooperação	Refere-se à proposta dos membros de uma cooperativa se ajudarem, além de uma cooperativa trabalhar colaborativamente com outras, buscando sempre sinergias.
7 – Interesse pela comunidade	Representa a pretensão que as cooperativas têm de mobilizar o desenvolvimento sustentável das comunidades que elas estão envolvidas, seja por meio de projetos, campanhas, ações, etc.

Fonte: Adaptada de Teodoro e Gomes (2024) e Zanella (2015).

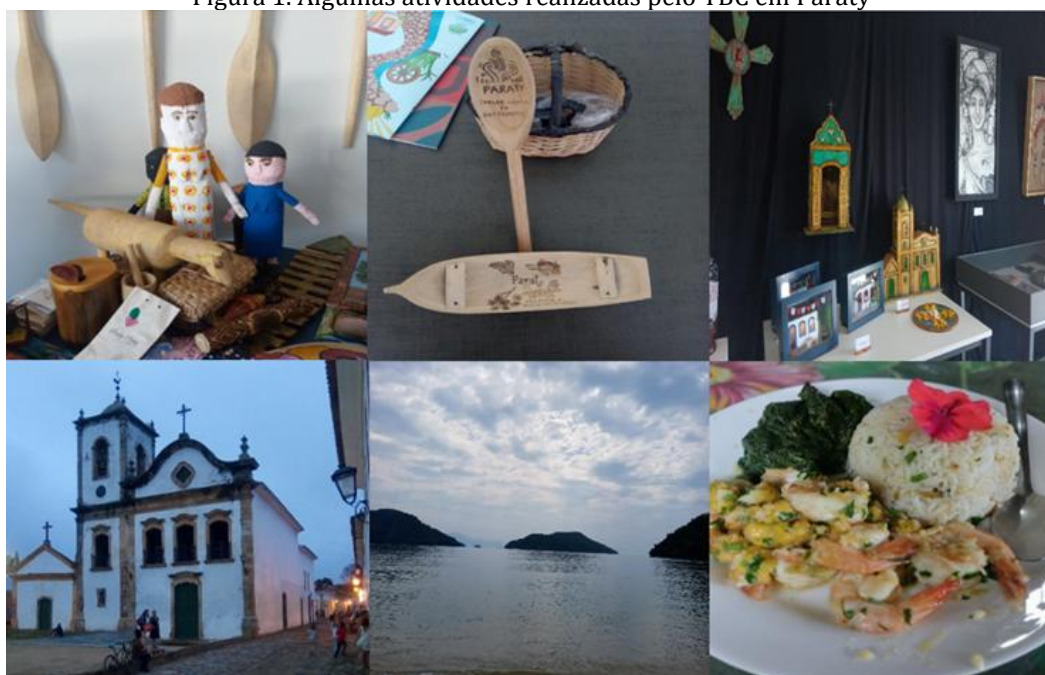
Apesar das iniciativas cooperativistas de TBC se articularem a todos esses princípios e ao cooperativismo de maneira geral (variando o grau de intensidade de acordo com cada contexto), este trabalho foca na sua articulação com “o interesse pela comunidade”. Isso porque, o TBC é realizado e voltado a gerar benefícios (econômicos, culturais, ambientais, políticos, sociais, etc.) para comunidades (Almeida & Emmendoerfer, 2023a; Ruiz-Ballesteros & González-Portillo, 2024).

Segundo Gascón e Milano (2024), o TBC consiste em arranjos associativos e cooperativos que dão uma centralidade às comunidades, visando promover um turismo socioterritorialmente mais inclusivo e responsável que o convencional. Logo, o TBC tem o potencial de mobilizar um desenvolvimento local sustentável, que favorece a

qualidade de vida da população local, partindo dos seus recursos materiais e imateriais (Almeida & Emmendoerfer, 2023a; Pawson, D'Arcy & Richardson, 2016). Ou seja, fomenta um desenvolvimento territorial endógeno, priorizando os interesses e necessidades das comunidades locais.

Especificamente em Paraty, o TBC se apresenta como um instrumento fundamental para fortalecer as comunidades locais, formadas principalmente por povos tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas – valorizando a sua cultura e se mostrando como uma relevante fonte de renda (Mendonça, Moraes & Catarcione, 2016; Monteiro, 2015). Além disso, o TBC em Paraty tem aumentado a interação política entre as comunidades e fazendo com que elas tenham cada vez mais acesso aos espaços de GPT (Mendonça, Santos, Lopes, Andrade & Moraes, 2017). A figura 1 ilustra como o TBC se manifesta em Paraty, indicando alguns pontos turísticos dos seus roteiros, artesanatos e gastronomia.

Figura 1. Algumas atividades realizadas pelo TBC em Paraty



Fonte: Fotos registradas pelos autores durante a Observação Direta (2023)

Portanto, o território de Paraty se mostra como um caso que pode trazer apontamentos importantes sobre o tema, evidenciando as relações que a presente pesquisa analisa.

GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

A governança é algo que existe na sociedade desde os tempos mais remotos (Tribunal de Contas da União – TCU, 2014). Todavia, ela passou a ser mais institucionalizada nas organizações, especialmente nas privadas, a partir da década de 1930 (Álvares, Giacometti & Gusso, 2008). Segundo estes autores, essa expansão se deu em um período que muitos proprietários começaram a deixar de ser os gestores das suas empresas (principalmente as abertas a diversos acionistas) e viram na governança um instrumento para que os gestores prestassem contas a eles das ações que estavam



sendo realizadas. No decorrer dos anos a governança passa a ser uma via para os *stakeholders* de uma organização (grupos de interesses) receberem informações, discutirem e tomarem decisões coletivamente (Krogh & Triantafillou, 2024; Tkachenko, 2023).

Especialmente no âmbito público, o uso da governança se difundiu no final do século XX, com o objetivo de o Estado prestar informações à sociedade civil e fazer com que ela participe de forma mais direta das políticas públicas (TCU, 2014) – seja da sua elaboração, implementação, avaliação, etc. Nesse sentido, Silvestre (2019) destaca que a governança pública representaria um novo modelo de administração pública, que enfatiza a participação social e o estabelecimento de redes colaborativas para pensar e gerir serviços públicos.

No que tange à GPT, pode-se dizer que ela seria uma governança pública voltada a tratar de assuntos relacionados a um determinado território. Logo, ao falar de GPT é primordial também definir o que é território. Entende-se que território é um espaço apropriado que se constitui das relações sociais que ocorrem continuamente nele (Dallabrida & Becker, 2003; Santos & Silveira, 2001).

Dito isso, a GPT se materializa por instrumentos voltados a gerir coletivamente um território, permeando questões que buscam, por exemplo, resolver problemas estruturais dele ou elaborar estratégias para o seu desenvolvimento sustentável (Almeida & Emmendoerfer, 2023b). Ressalta-se que ela precisa ser composta por diferentes representações sociais e institucionais, fazendo com que a pluralidade de ideias e interesses que envolvem um território se elevem (Almeida & Emmendoerfer, 2023b; Dallabrida, 2011).

Cabe ponderar que, por mais que ela deva ser composta por diferentes representações, a GPT não se restringe necessariamente à participação do poder público. O que deve ter caráter “público” é o conteúdo tratado nesses espaços, impactando amplamente aqueles que se vinculam ao território. Apesar dessa possibilidade, este trabalho se direciona a um mecanismo que proporciona a interação do governo local com atores sociais do TBC.

A GPT faz com que as ações para o território consigam abarcar a diversidade e complexidade dos problemas e desafios enfrentados em um lugar (Ravagnan, Rossi & Amiriaref, 2022). Não que isso seja algo simples, pois acaba resultando em alguns conflitos de interesse. Mas necessário, por possibilitar uma negociação política que leva à compatibilização de posicionamentos, gerando estratégias e esforços coletivos rumo a um desenvolvimento territorial mais harmonioso (Alaoui & Mamoun, 2021).

A GPT tem se mostrado um fator essencial para a promoção do desenvolvimento endógeno sustentável, passando a envolver comunidades nesse processo que ajudam a identificar os recursos, capacidades e necessidades do local (Jørgensen, Fallov, Casado-Diaz & Atkinson, 2020). Isso revela que a GPT pode potencializar o alcance do princípio do cooperativismo “interesse pela comunidade”, principalmente quando conta com representações de cooperativas locais que já reforçam isso, a exemplo do TBC.

Essa questão será discutida nos resultados com base no que foi identificado no caso de Paraty. Previamente, verificou-se que o TBC do território tem acessado espaços importantes da GPT e interagido com atores locais centrais, como o governo municipal e instituições privadas associadas ao turismo. Um deles é o COMTUR, ocupando as vagas fixas que constam na Lei n. 2.341 (2021) (uma de titular e outra de suplente) para povos tradicionais.



No entanto, há também oportunidades para TBC de Paraty participar do COMTUR por outras vagas que não são exclusivas a ele, como: a) Meios de Hospedagem; b) Agências e Operadoras de Turismo; c) Bares e Restaurantes; e) Das microempresas e prestadores autônomos de serviços de apoio ao turismo; Sociedade Civil Organizada; g) Instituições com finalidades turísticas e culturais; h) Instituições públicas fiscalizadoras (Lei n. 2.341, 2021). Isso acaba sendo possível quando pessoas do TBC passam a participar do Conselho a partir de suas outras características, não simplesmente por representar comunidades e povos tradicionais que realizam turismo no município. Deve-se destacar que os representantes do TBC de Paraty têm participado e pode vir a participar de outros conselhos municipais, como o de política cultural, o de defesa ao meio ambiente e o de políticas agrícola e pesqueira.

Além disso, existe uma participação contínua no Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que é um espaço de governança composto e voltado ao fortalecimento das comunidades tradicionais não apenas de Paraty, como também de outros municípios da Serra da Bocaina (Angra dos Reis/RJ e Ubatuba/SP) (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, 2018a). O FCT não integra diretamente o processo de produção de políticas públicas local, nem requer uma interação constante com o Estado, mas tem a Prefeitura de Paraty como parceira (OTSS, 2018b) e serve como um espaço de articulação política, fiscalização e proposição de políticas públicas municipais voltadas ao TBC (OTSS, 2018a).

Apesar da variedade de espaços de GPT que o TBC de Paraty tem se inserido, este trabalho se delimita ao COMTUR, por ele ser a principal arena de governança turística do local (Trentin, 2016). Esse enfoque considera a disponibilidade dos dados e possibilidade expor claramente as interlocuções do TBC com o poder público.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, que enxerga o objeto de estudo por uma perspectiva situada e subjetiva (Bryman, 2016). No que se refere a sua pretensão, ela se caracteriza como exploratória. Segundo Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

A estratégia de investigação se baseou em um estudo de caso crucial do tipo caminho (conhecido em inglês como *pathway crucial case*). Esse estudo de caso busca explicar como uma concepção teórica preliminar se manifesta em um contexto específico, a fim de revelar novos achados e avançar nela (Gerring, 2007). Assim, ele se baseia em uma lógica dedutiva, que sai de premissas mais amplas para investigar questões mais específicas (Gerring, 2007). A concepção que a pesquisa parte é que o princípio do cooperativismo “interesse pela comunidade” pode ser potencializado pela participação do TBC na GPT, visando explicar como isso se evidencia considerando achados no caso do território de Paraty.

A escolha do território de Paraty como caso se justifica pelas relações que ocorrem nele associadas ao objeto de estudo. Paraty tem um TBC que foi se consolidando ao longo dos anos e se tornou referência para diversas pesquisas teórico-empíricas (Barros & Rodrigues, 2019). Seu TBC tem sido realizado por comunidades (Barros & Rodrigues, 2019) – muitas delas de povos indígenas, quilombolas e caiçaras –



que defendem, valorizam e reproduzem as tradições do lugar através do artesanato, culinária, festejos, modos de vida, etc. (Caponero, Giraldi & Leite, 2019; Souza, 2008).

O território de Paraty se destaca pelo seu valioso patrimônio cultural e natural. Tal distinção fez com que em 2019 ele recebesse o título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo até então o único sítio da América Latina com esse título do tipo misto – que considera a relevância tanto do patrimônio cultural como do natural (Ministério do Turismo, 2022). Além disso, Paraty integra desde 2017 a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, reconhecimento atribuído pela singularidade e dinamicidade da sua gastronomia (Paraty/RJ, 2024). Por fim, justifica-se a escolha do caso por Paraty ter espaços de GPT permanentemente abertos à participação de representantes do TBC.

No que tange à coleta dos dados, ela se deu por observação direta e pesquisa documental, por propiciar a verificação da dinâmica da participação do TBC na GPT e a própria relação entre os atores envolvidos nesse processo. A observação direta consiste na ida do pesquisador ao lugar que o fenômeno investigado se manifesta, de maneira que ele identifique e registre os dados a respeito do que costuma ocorrer (Mendonça, Moellwald & Mago, 2014). Nesta pesquisa, a observação direta foi realizada em diferentes momentos ao longo do ano de 2023, envolvendo: participação como ouvinte em duas plenárias do COMTUR; idas a comunidades de Paraty que realizam TBC (uma quilombola, uma caiçara e uma indígena); reuniões com membros de órgãos públicos municipais do turismo e cultura; e visitas a pontos turísticos importantes do território, como o centro histórico da cidade, verificando o fluxo e dinâmica do turismo no local. Ressalta-se que durante a observação ocorreram conversas informais (não estruturadas) articuladas às pretensões deste artigo.

Já a pesquisa documental é basicamente o exame dos elementos expressos em documentos, sem deixar também de questionar as circunstâncias da sua produção (May, 2004). Os documentos analisados foram as atas das reuniões do COMTUR que aconteceram nos anos de 2022 (15 reuniões) e 2023 (16 reuniões). Elas foram investigadas por serem um importante registro das discussões e deliberações do COMTUR. As referidas atas estão disponíveis publicamente no site do Conselho (<https://sites.google.com/view/comturparaty>).

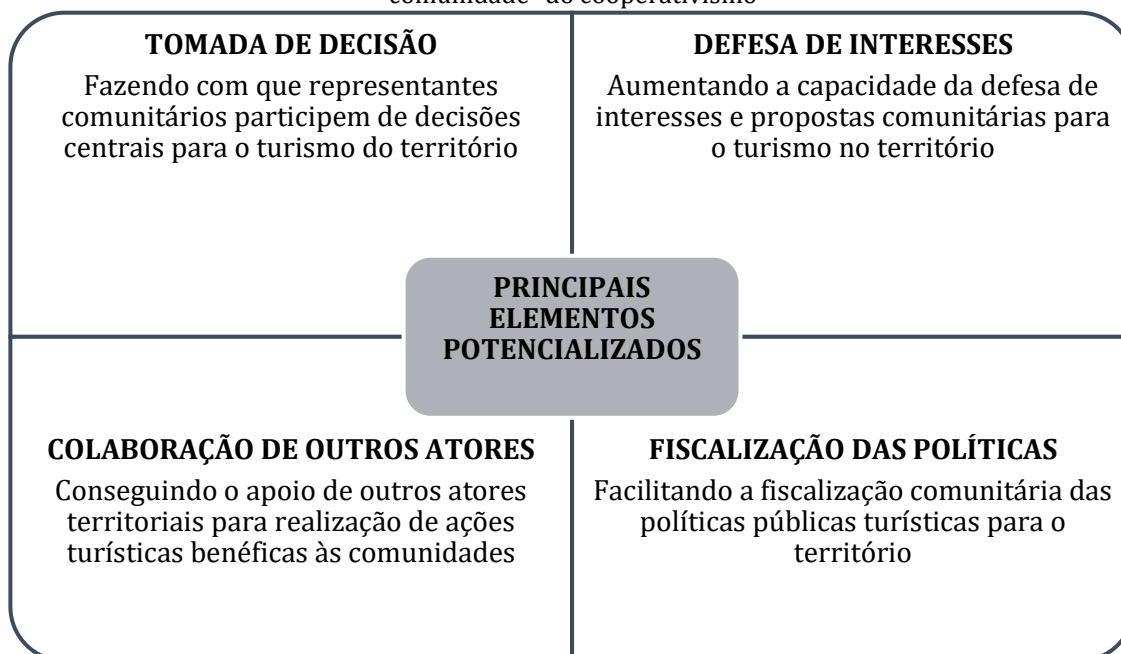
Os roteiros dessas duas técnicas de coleta foram testados previamente por especialistas e aprovados por um comitê de ética universitário. Os registros da observação foram realizados por anotações em notas de campo e os da pesquisa documental sucederam pela elaboração de relatórios. Acredita-se que a triangulação dessas duas fontes favorece a confiabilidade dos dados coletados. Cabe mencionar que tais registros resguardam informações sensíveis e pessoais, fazendo com que a pesquisa siga as diretrizes da Resolução nº 510/2016 (https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581).

A interpretação dos dados se desenvolveu por uma análise de conteúdo temática. Conforme Rosa e Mackedanz (2021), esse tipo de análise infere das fontes dos dados os núcleos semânticos que remetem ao problema da pesquisa. Os núcleos semânticos foram organizados por códigos e categorias. Os códigos são trechos ou alusões aos registros dos dados que expressam algo para o objetivo deste artigo. As categorias, por sua vez, são termos que condensam significados comuns de um conjunto de códigos. As categorias foram estabelecidas *a posteriori* (no próprio processo de análise dos dados), indicando as formas que a participação do TBC na GPT pode potencializar o princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do artigo são apresentados e discutidos os seus resultados pelas categorias emergidas durante a análise dos dados, que representam as formas que a participação do TBC na GPT pode potencializar o princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo. A figura 2 abaixo mostra todas elas de maneira sintetizada.

Figura 2. Formas que a participação do TBC na GPT pode potencializar o princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme a figura 2, fundamentada no estudo do caso de Paraty, identificou-se que a inserção do TBC na GPT potencializa (e pode vir a potencializar em outros contextos) o princípio “interesse pela comunidade” do cooperativismo: fazendo com que representantes comunitários participem de decisões centrais para o turismo do território; aumentando a capacidade da defesa de interesses e propostas comunitárias para o turismo no território; facilitando a fiscalização comunitária das políticas públicas turísticas para o território; e conseguindo o apoio de outros atores territoriais para realização de ações turísticas benéficas à comunidade.

Além disso, há a possibilidade de participantes convidados que atuam com o TBC, sem direito a voto. Pondera-se que essas formas de potencialização não se referem às únicas que poderão ocorrer, mas às principais verificadas pela pesquisa teórico-empírica realizada em Paraty, sendo elas relacionadas respectivamente aos elementos ou campos de: tomada de decisão; defesas de interesses; fiscalização das políticas; e colaboração de outros atores.

Destacar isso é importante porque a pretensão e perspectiva deste estudo qualitativo não implica em generalizações. Porém, gera reflexões para o tema como um todo pela indicação de achados que explicam e aprofundam concepções teóricas prévias, servindo de base para pesquisas subsequentes que podem convergir ou não com tais apontamentos. Nos subtópicos a seguir cada uma das quatro categorias será discutida



detalhadamente, mencionando alguns códigos oriundos da observação e pesquisa documental.

Tomada de Decisão

Esta categoria indica que a inserção do TBC na GPT tem contribuído para o alcance do princípio do cooperativismo “interesse pela comunidade” ao fazer com que pessoas da comunidade local decidam, juntamente a outros atores, sobre questões centrais do território. Isso foi bem evidente no caso de Paraty, tanto pelos dados da observação como dos documentos.

Um exemplo disso foi o posicionamento favorável da representação do TBC para participação do Conselho na “Feira LGBT+ Turismo Expo”, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ no dia 20/06/2023. A pauta dessa participação foi discutida na reunião do dia 01/05/2023, tendo sido apresentado que o objetivo do evento foi “capacitar profissionais do turismo (agentes de viagens e operadores) no desenvolvimento de produtos e serviços que contemplem os turistas LGBT+” (Levantamento Documental, 2023).

Já na plenária do dia 24/03/2022, o membro comunitário do COMTUR votou aprovando o Projeto Realidade Aumentada (Aplicativo Atmosfera), que é um aplicativo interativo que busca produzir informações virtuais sobre o que a cidade de Paraty tem a oferecer aos turistas. A aprovação dele na referida reunião se deu sob duas condições: a busca por um patrocinador para que a sua implementação não dependesse futuramente dos recursos do Fundo Municipal de Turismo e que curadoria do projeto fosse conduzida pelo próprio Conselho (Levantamento Documental, 2022).

Outras reuniões que exemplificam a atuação comunitária na tomada de decisão são as dos dias 14/04/2022, 24/05/2022, 10/11/2022, 01/02/2023, 18/04/2023 e 13/06/2023. Durante a Observação Direta (2023) também foi perceptível que o COMTUR tem acontecido a partir de uma deliberação coletiva que envolve a representação do TBC, destacando que muitas dessas decisões foram de fato implementadas. Portanto, verificou-se que esse é um elemento que no caso de Paraty é bem recorrente e potencializa o alcance do “interesse pela comunidade”, podendo facilmente se materializar em outros contextos – tendo em vista que a tomada de decisão coletiva é um preceito básico da governança (Alaoui & Mamoun, 2021).

Defesa de Interesses

A segunda categoria traz que a participação do TBC na GPT em Paraty aumentou a possibilidade de defesa dos interesses comunitários, bem como a proposição de ações para o turismo local alinhada a eles. Assim, a comunidade não apenas se posiciona a respeito de algo predefinido, como também identifica problemas, potencialidades e sugere medidas baseadas na sua realidade.

Este trecho da ata da reunião do dia 17/05/2023 mostra bem isso, quando a representante do TBC fez uma sugestão considerando a sua experiência comunitária:

(...) como operadora de TBC (Turismo de Base Comunitária), falou sobre o direcionamento para os guias e sugeriu que os moradores e operadores de cada comunidade sejam responsáveis pela elaboração do roteiro informativo que será repassado através das interações do aplicativo (no caso do QR code ou



totem estar localizado em uma região específica, como uma comunidade) (Levantamento Documental, 2023).

A reunião do dia 31/08/2023 também evidencia uma indicação do TBC no COMTUR, questionando se seria possível incluir trabalhos do artesanato local em um *stand* que o Conselho estava organizando. A indicação posteriormente foi aceita pelos demais membros e realizada durante o evento. Portanto, infere-se que há um diálogo e proposição por parte das diferentes representações da GPT de Paraty, para além da deliberação.

Segundo algumas pessoas que trabalham com o TBC no território, a participação da comunidade em colegiados e demais espaços de governança territorial tem sido importante por permitir uma comunicação contínua com outros agentes e fazer com que suas demandas sejam ouvidas e defendidas (Observação Direta, 2023). Logo, esta pesquisa traz que a presença do TBC na GPT eleva a sua capacidade de lutar pelos seus interesses e indicar práticas benéficas à comunidade do território.

Fiscalização de Políticas

Este subtópico mostra que o TBC na GPT também facilita a fiscalização das políticas públicas territoriais. Entende-se aqui que políticas públicas territoriais são ações ou posicionamentos orientados, realizados pelo Estado ou outros agentes, que geram efeitos para questões públicas de um território. Nesse sentido, a fiscalização envolveria o acompanhamento e análise dessas ações e posicionamentos, fazendo com que a comunidade tenha mais acesso ao que está sendo feito.

De acordo com relatos de pessoas que trabalham em órgãos públicos municipais do turismo e cultura de Paraty, o COMTUR foi criado e tem sido utilizado como um canal de controle, principalmente por parte da sociedade civil, dos atos do poder público local (Observação Direta, 2023). Complementarmente, comunitários disseram que por mais que a COMTUR e outros conselhos não apresentem tudo o que o governo municipal tem realizado, seja para o turismo ou outra área, eles são instrumentos importantes para prestações de contas das suas políticas (Observação Direta, 2023).

Na reunião do dia 31/07/2023, o representante da Secretaria de Turismo no COMTUR prestou contas do valor e localização de um *stand* que viria a ser colocado na Feira Internacional de Turismo em Buenos Aires (Argentina). Entendendo que a localização do *stand* não seria a mais adequada, alguns conselheiros sugeriram outro local e tal proposta foi aberta à votação.

Outro caso de fiscalização das políticas locais aconteceu no encontro do dia 24/03/2023, que expôs e abriu para questionamentos o projeto de criação de um Observatório de Turismo em Paraty:

(...) o projeto consiste em um sistema integrado de informações e pesquisas para a Secretaria de Turismo e para o trade em geral, através da produção de dados, relatórios, infográficos, que incluem perfil dos visitantes, procedência, ticket médio de gastos, período de permanência, dentre outras possibilidades, a fim de orientar as decisões da política pública, da iniciativa privada, assim como decisões que envolvem investimentos oriundos de fundos (citando o exemplo do Fundo Municipal de Turismo). (...) abriu a conversa para questionamentos por parte dos conselheiros (Levantamento Documental, 2023).



Em vista disso e do que foi verificado na participação do pesquisador na reunião do Conselho como ouvinte e em mais algumas atas (10/03/2022; 13/10/2022; 09/01/2023; e 30/08/2023), entende-se que a fiscalização das políticas públicas através do COMTUR é algo recorrente. Pode-se indicar que esse elemento ajuda o TBC a concretizar o princípio interesse pela comunidade, fazendo com que seus representantes acompanhem e questionem as políticas voltadas ao território.

Colaboração de Outros Atores

Por fim, notou-se que a GPT proporciona a colaboração entre diferentes atores para efetivar os preceitos e práticas do TBC em prol da comunidade. Muitas coisas, inclusive, só se tornam possíveis ou ocorrem plenamente com essa colaboração. Ao longo da Observação Direta (2023) isso foi sendo revelado por alguns eventos turísticos em Paraty que precisaram envolver a população local de forma geral, tendo a organização deles sido articulada pelos membros do COMTUR – que mobilizaram também outras pessoas externamente.

Na reunião de 01/02/2023, diversos conselheiros concordaram e se comprometeram a ajudar em uma campanha de educação ambiental (Pesquisa Documental, 2023). Além disso, mostraram preocupação com o turismo predatório – que ameaça comunidades locais, principalmente por processos de gentrificação – e decidiram realizar a divulgação de um material instrutivo sobre os riscos dessa perspectiva (Pesquisa Documental, 2023).

No dia 24/03/2022 foi registrado um esforço coletivo voltado a desenvolver os destinos turísticos do município, fazendo com que os atrativos e os investimentos do poder público se diversifiquem e incluam lugares mais descentralizados de grande potencial só que ainda pouco valorizados (Pesquisa Documental, 2022). Tal proposta buscava contribuir na atratividade de turistas para áreas que comunidades tradicionais de Paraty se localizam e têm oferecido atividades de TBC (Observação Direta, 2023; Pesquisa Documental, 2022).

Em outros encontros do COMTUR, como nos dias 01/11/2022 e 25/07/2023, a colaboração de atores – não apenas do colegiado, mas também externos (a partir do que se discutiu e comprometeu nesse espaço) – para efetivação de propostas relevantes para o território e suas comunidades foi percebida. Portanto, esse elemento pode ser citado como uma forma de potencializar o princípio interesse pela comunidade através da relação analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou que o TBC tem sido realizado através de iniciativas cooperativistas voltadas a mobilizar o “interesse pela comunidade”, enquanto um princípio do cooperativismo. No entanto, considerando que a atuação isolada do TBC restringe essa mobilização, analisou-se como a sua interação com outros atores pela GPT pode ajudar nesse processo.

Dessa forma, com base no estudo do caso de Paraty/RJ, identificou que isso ocorreria pela GPT: fazer com que representantes comunitários participem de decisões centrais para o turismo do território; aumentar a capacidade da defesa de interesses e propostas comunitárias para o turismo no território; facilitar a fiscalização comunitária das políticas públicas turísticas para o território; e proporcionar o apoio de outros



atores territoriais para realização de ações turísticas benéficas às comunidades. Tais modos de potencialização envolveriam respectivamente fatores relacionados à tomada de decisão, defesa de interesses, fiscalização das políticas e colaboração de outros atores.

Ressalta-se que essas categorias não indicam as únicas possibilidades da participação do TBC na GPT de potencializar o “interesse pela comunidade”, até porque depende do contexto estudado – tendo em vista a estruturação da governança; motivação dos indivíduos que participam; dentre outras coisas. Todavia, representam as principais verificadas na pesquisa em Paraty, abrindo caminhos para refletir a temática de modo geral e descrever mais detalhadamente uma questão ainda pouco aprofundada, servindo de referência para investigações posteriores.

Como limitação deste artigo, cita-se o fato dele ser direcionado a um instrumento de GPT e cenário específico. Assim, indica-se que pesquisas futuras desenvolvam investigações teórico-empíricas mais diversificadas e em territórios distintos, sobretudo considerando as categorias emergidas aqui – observando se elas evidenciam ou não em outros contextos. Também é pertinente a realização de pesquisas teóricas acerca o tema, para que outras concepções possam ser continuamente pensadas e confrontadas.

Apesar das suas limitações e do entendimento que a análise da problemática está longe de ser esgotada, o presente estudo traz contribuições significativas do ponto de vista teórico e prático. Ele avança na compreensão e descrição de como os contributos do cooperativismo para comunidades se ampliam pela inserção do TBC em espaços de gestão do desenvolvimento territorial, que segundo Arratia *et al.* (2022) é uma questão que precisa ser cuidadosamente explorada pela literatura.

Seus achados também servem como uma fundamentação para fomentar o TBC e fazer com que a seus representantes e perspectivas se integrem ao processo de planejamento e governança territorial. Pois, além de defender os direitos e necessidades de comunidades, ele se apresenta como uma abordagem do turismo que ameniza os efeitos negativos da lógica massificada predominante e ajuda a promover um desenvolvimento local sustentável (Almeida & Emmendoerfer, 2023a).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, Brasil – Código Financeiro 001. Agradecimentos adicionais aos revisores anônimos e corpo editorial da Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP) por suas valiosas contribuições para o aprimoramento deste artigo.

REFERÊNCIAS

Alaoui, Y., & Mamoun, S. M. (2021). The pivotal position of the citizen in the concept of territorial governance. *Journal of North African Research in Business*, 2021 (2021), 1-8.

Almeida, F. F., & Santos, E. C. R. (2024). Cooperativismo e preservação ambiental: impactos, desafios e contribuições das cooperativas de reciclagem. *REVICOOP*, 4(1), 48-60.



Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2023a). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1) 1-21.

Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2023b). O turismo de base comunitária e seus principais desafios para uma participação efetiva nos mecanismos de governança pública territorial. *Revista Turismo Estudos e Práticas*, 12(1), 1-17.

Álvares, E., Giacometti, C., & Gusso, E. (2008). *Governança corporativa: um modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Arratia, E. M., Castrejón, Y. D. P., Ruíz, A. E. J., & Barquín, R. C. S. (2022). Cooperativismo como una herramienta para el turismo de base comunitaria. La respuesta desde la literatura. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20(1), 195-208.

Barros, A. L. R., & Rodrigues, C. G. O. (2019). Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). *Ambiente & Sociedade*, 22, 1-20.

Berlanda, N., Bordignon, K. B., Klein, C., & Reis, G. M. (2021). Cooperativismo e desenvolvimento local. In R. J. Oliveira (Org.), *Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar* (pp. 180-195). Guarujá, SP: Editora Científica Digital.

Bryman, A. (2016). *Social research methods*. New York, NY: Oxford.

Bucurică, T-S. (2023). Territorial governance, a prerequisite condition for the development of emerging territorial systems. Case study - the Ploiesti city. *Present Environment and Sustainable Development*, 17(1), 51-64.

Caponero M. C., Giraldi, R. C., & Leite, E. (2019). Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. *Revista Confluências Culturais*, 8(2), 42-53.

Dallabrida, V. R. (2011, novembro). Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos* (pp. 1-20), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Dallabrida, V. R., & Becker, D. F. (2003). Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), 73-97.

Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.



Fernandes, F. (1973). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo, SP: Nacional.

Gascón, J., & Milano, C., (2024). Turismo de Base Comunitária: Uma Perspectiva do Sul Global. *Tourism & Management Studies*, 20 (3), 27-37.

Gerring, J. (2007). Is There a (Viable) Crucial-Case Method? *Comparative Political Studies*, 40(3), 231-253.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas.

Hartung, A. P. (2005). *O cooperativismo ao alcance de todos*. Florianópolis, SC: OCESC/SESCOOP/SC.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2018). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: ICMBio.

Jørgensen, A., & Fallov, M. A. (2022). Urbanization and the organization of territorial cohesion – results from a comparative Danish case-study on territorial inequality and social cohesion. *Journal of Organizational Ethnography*, 11(1), 64-78.

Krogh, A. H., & Triantafyllou, P. (2024). Developing New Public Governance as a public management reform model. *Public Management Review*, 1–17.

Lei n. 2.341, de 27 de dezembro de 2021. (2021). Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, revoga a Lei no. 1.920/2013 e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Paraty, RJ: Prefeitura Municipal de Paraty.

Maldonado, C. O. (2009). Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In R. BARTHOLO, D. G. SANSOLO, I. BURSZTYN (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

Masotti, D. R. (2023). A relação entre a gestão do turismo de base comunitária e a economia solidária. *Revista Eletrônica Anima Terra, Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC*, 8(16) 46-60.

May, T. (2004). *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Mendonça, A. W., Moellwald, M. C. E., & Mago, D. D. (2014). *Metodologia para estudo de caso: livro didático*. Palhoça, SC: UnisulVirtual.

Mendonça, T. C. M., Moraes, E. A., & Catarcione, F. L. C. (2016). Turismo de base comunitária na região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 232-248.



Mendonça, T. C. Santos, R. O., Lopes, P. C. B., Andrade, S. R., & Moraes, A. P. V. (2017). Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caixaras, quilombolas e indígenas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 10(2).

Ministério do Turismo (2023). *Turismo responsável no Brasil*. Natal, RN: SEDIS-UFRN; Brasília, DF: Ministério do Turismo.

Ministério do Turismo. (2022). *Paraty (RJ) recebe certificado de patrimônio mundial pela UNESCO*. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/paraty-rj-recebe-certificado-de-patrimonio-mundial-pela-unesco#:~:text=De%20acordo%20o%20Iphan%2C%20a,e%20fauna%20%C3%BAnicas%20no%20pa%C3%ADs>

Monteiro, T. L. (2015). Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caixaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro. *Espaço e Economia*, (4)7, 1-8.

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. (2018a). *Fortalecimento do FCT*. Recuperado de <https://www.otss.org.br/fortalecimento-do-fct>

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. (2018b). *Parceir@s e Redes*. Recuperado de <https://www.otss.org.br/parceiros-e-redes>

Paraty/RJ. (2024). *Paraty, Cidade Criativa pela Gastronomia*. Recuperado de <https://paraty.com.br/paraty-cidade-criativa-pela-gastronomia/#:~:text=Paraty%20passar%20a%20integrar%20a,sua%20cadeia%20produtiva%20na%20cidade>

Pawson, S., D'Arcy, P., & Richardson, S. (2016). The value of community-based tourism in Banteay Chhmar, Cambodia. *Tourism Geographies*, 19(3), 378-397.

Pinho, D. B. (1966). *Que é cooperativismo*. Cuiabá, MT: Buriti.

Pires, G. M., Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2024). Governança territorial como potencializadora das ações do turismo de base comunitária para desenvolvimento local sustentável. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 44(145), 155-170.

Ravagnan, C., Rossi, F., & Amiriaref, M. (2022). Sustainable Mobility and Resilient Urban Spaces in the United Kingdom. Practices and Proposals. *Transportation Research Procedia*, 60, 164-171.

Rosa, L. S., & Mackedanz, L. F. (2021). A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, 16, 1-23.

Ruiz-Ballesteros, E., & González-Portillo, A. (2024). Limiting rural tourism: Local agency and community-based tourism in Andalusia (Spain). *Tourism Management*, 104, 1-9.

Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). *Território e Sociedade no início do século 21*. Rio de Janeiro, RJ: Record.



Silva, E. A. M., Búrigo, F. L., & Cazella, A. A. (2021). Cooperativismo de crédito e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, 22(2), 232-262.

Silvestre, H. C. (2019). *A (Nova) Governança Pública*. Brasília, DF: ENAP.

Socreppa, A., & Silva, E. da. (2017). O princípio do interesse pela comunidade nas cooperativas. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 7(13), 106-116.

Souza, M. M. (2008). *Paraty, a cidade e as festas*. Rio de Janeiro, RJ: Ouro Sobre Azul.

Teixeira, F. R., Vieira, F. D., & Mayr, L. R. (2019). Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. *Turismo: Visão e Ação*, 21(2), 2-21.

Teodoro, I. A., & Gomes, S. R. F. R. (2024). Laços eternos: princípios do cooperativismo e cultura organizacional. *REVICOOP*, 4(1), 76-85.

Tkachenko, A. M. (2023). International experience of raidership. *Economic Herald of SHEI USUCT*, 17(1), 116-121

Trentin, F. (2016). Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(3), 645-658.

Tribunal de Contas da União. (2014). *Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria*. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Vongvisitsin, T. B. Huang, W.-J., & King, B. (2024). Urban community-based tourism development: a networked social capital model. *Annals of Tourism Research*, 106, 1-15.

Zanella, T. (2015). *Manual de boas práticas de governança cooperativa*. Brasília, DF: Sistema OCB.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025